ATA REFERENTE À 336ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE – CONPLAM.

Aos vinte e nove dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e vinte e cinco minutos, o Conselho Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente - CONPLAM, reuniu-se de forma presencial, na sala de reuniões situada na sede da SEMURB, 5º ANDAR, para a realização da 336ª Reunião Ordinária do colegiado, sob a presidência do Presidente Thiago de Paula Nunes Mesquita. Estavam presentes os conselheiros Fernando Virgílio de Macedo Silva, titular da FECOMERCIO, Antonio-Alberto Cortez, titular do IHGRN, Paulo Antônio Brignol Pacheco, titular do EXÉRCITO, Marco Túlio de Lima e Carlos, suplente da AERONÁUTICA, Alan Kardec Mota, suplente da MARINHA DO BRASIL, Mário Sérgio P. Pegado do Nascimento, titular da OAB, Stênio Petrovich, titular do GOVERNO DO ESTADO, Clayton César Pereira e Fabrício Amorim Miranda de Oliveira, titular e suplente, respectivamente, do IAB, Cláudio José da Costa Custódio, suplente da CÂMARA MUNICIPAL, Manoel Matias, titular do SINDICATO DOS SOCIÓLOGOS, Luciano Luiz Paiva Barros, titular da FIERN, Carlos Luiz Cavalcanti de Lima, suplente do CLUBE DE ENGENHARIA, João de Deus Souto Filho e Silmara Campos, titular e suplente, respectivamente, da AGERN. Estiveram presentes também, na condição de convidados Vereador Fúlvio Saulo, Assessor da Vereadora Brisa, Saulo Cavalcante, representante do IPHAN, Luana Cruz, representantes da STTU, Newton Souza Filho e Princesa Fernanda Gomes, do DER, Letícia Azevedo e a Secretária Adjunta de Planejamento da SEMURB, Eudja Mafaldo. O presidente iniciou a reunião dando boas-vindas e fazendo a leitura da pauta. Passou a palavra ao conselheiro Manoel Matias, que fez uma retomada do processo de votação das entidades que comporão o conselho após a reforma e e leitura da proposição. O presidente colocou em votação para decidirem entre ARSBAN ou CAERN, COSERN ou ARSEP e SEINFRA ou SENSUR.Por aclamação, os conselheiros votaram e por unanimidade o resultado foi ARSBAN, ARSEP e SEINFRA, e solicitou que Manoel Matias faça o levantamento da paridade antes de dar prosseguimento ao processo e seguir com os trâmites oficiais. O conselheiro Luciano, aproveitou a menção da SEMPLA, e e expôs a dificuldade enfrentada pelo colegiado, em ter acesso as obras previstas para o município e pediu ao presidente que viabilizasse esse acesso. O presidente informou que a vice-prefeita, na ocasião secretária da

SEMPLA, esteve em um a reunião ordinária no ano de 2024 e expôs o calendário de obras do município. Solicitou a secretária Regiane que incluísse o convite a SEMPLA, a cada 90 dias, para estar na pauta de reunião, as obras previstas para o município. O presidente iniciou a próxima matéria, retomando o projeto de Revitalização do Centro Histórico de Natal, e expondo quanto a dificuldade de tramitação dos processos junto ao IPHAN, e que há dificuldade pela antiguidade das leis de tombamento, que inviabilizam alguns licenciamentos. Que as leis não acompanharam o progresso da cidade e não atendem os anseios da sociedade atual. Disse ainda que o conselho pode está a disposição do IPHAN para trabalhar nas adequações diante da legislação. O conselheiro Stênio endossou a fala do presidente, e que a sociedade tem total interesse na agilidade desses processos, e sugeriu que o IPHAN seja incluído em grandes discussões, com o Plano Diretor. O presidente disse ainda que o IPHAN precisa dessas adequações visto que a preservação de um prédio histórico precisa se manter, mas que é necessário viabilizar o funcionamento na normas de uso e acessibilidade atuais, tanto para a iniciativa pública quanto privada. O conselheiro Luciano rememorou que até o ano de 2007, retificado pela secretária Eudja, 2013, havia um setor de patrimônio histórico na SEMURB – SPH que facilitava o trâmite para pequenas instalações, e ao IPHAN cabia os grandes prédios como o Forte do Reis Magos e outros. Thiago se propôs a revitalizar o setor, em forma de departamento na reforma administrativa prevista para acontecer na atual gestão, de forma a “conversar” com o IPHAN. A representante do IPHAN, Luana Cruz, iniciou sua fala explicando que há muito mitos em torno da figura do IPHAN, e que a lei que instrumentaliza o tombamento data de 1937, ma que é genérico e que existem decretos e postarias que flexibilizam alguns pontos de acordo com o patrimônio, pois cada um tem sua especificidade. Falou também que a instituição está com deficit de pessoal, e por isso a morosidade nos processos. O presidente indagou sobre a possibilidade de convênios e/ou parcerias para suprir a necessidade de técnicos. O conselheiro Stênio interviu, visto que representa o Governo do Estado e conhece os trâmites, sustentando a possibilidade de firmar convênio, desde que haja um justificativa plausível e se normatize tal solicitação. O assessor da vereadora Brisa, Saulo, explicou que não se pode instituir uma delegação do prefácio para licenciamento, e como se dá os trâmites de acordo com as esferas de proteção do patrimônio, mas que pode haver um alinhamento de interesses respeitando a legislação. O representante da STTU Newton Souza rememorou a

dificuldade que a secretaria enfrentou para acordar a normatização que “briga” entre as esferas para o licenciamento de obras na região da cidade alta. Onde precisa preservar, e por outro lado tornar acessível. Sugeriu a criação de uma Câmara técnica para o Centro Histórico. O conselheiro Fabrício ratificou que é necessário se adequar as normatizações de acordo com o nível das edificações. O Vereador Fúlvio solicitou a palavra e elogiou o trabalho do então Superintendente do IPHAN João Gentil. O conselheiro Fernando Virgílio parabenizou a reunião pelo fato de todo o colegiado e os convidados compactuarem do mesmo objetivo, a melhoria da cidade de forma responsável e comprometida. Luana do IPHAN, falou sobre sua alegria em saber sobre a proposta de revitalização do setor de patrimônio histórico na SEMURB, e que no passado já contribuiu muito pom o trabalho da instituição que perpassa pela questão de acessibilidade e outros temas que necessitam de articulação entre as secretaria do município. Newton endossou a fala de Luana e informou sobre a necessidade veemente da articulação com a Assistência Social para o projeto da Ribeira, visto que o local tem grande concentração de moradores em situação de vulnerabilidade, que compromete, inclusive a limpeza e segurança do local. O presidente agradeceu a presença do IPHAN, e pediu apoio aos vereadores presentes. O vereador Fúlvio disse que, imediatamente, estará contatando o presidente da Câmara para viabilizar uma reunião com o Prefeito a fim de discutirem a demanda. O presidente passou a palavra para o conselheiro Stênio, neste ato representando também a Secretaria de Infraestrutura do Estado - SIE, que apresentou os técnicos da STTU e do DER para colaborarem com a discussão. Letícia, representante do DER explicou que o Governo do estado está elaborando o termo de referência da requalificação da Avenida Engenheiro Roberto Freire para fins de contratação do projeto, e que a execução será posterior, através de outra contratação. O presidente falou sobre o projeto para a área militar naquela região, onde será executado o projeto do Parque Linear, sob rígido contrato de responsabilidade ambiental exigido pelo Exército Brasileiro, detentor da área, e que será muito bom para a cidade que os dois projetos caminhem juntos. Aproveitou a presença do Cel. Pacheco, conselheiro representante do Exército Brasileiro. E agradeceu as forças armadas pelo serviço de proteção ambiental, desde sempre, prestado à população Natalense. Newton da STTU explicou que, em termo de Engenharia de Trafego, tanto a Roberto Freire quanto a João Medeiros Filho são áreas urbanas, mas geridas pelo

Governo do Estado, e que deve-se considerar a contagem de fluxo, pedestres e excluir desapropriação, além de contemplar as vias adjacentes para desafogar o trânsito. O conselheiro Luciano compartilhou a imagem de um estudo de trafego feito na área e sugeriu algumas soluções. Diante das discussões, o Presidente sugeriu que Newton faça uma adequação do termo de acordo com o que foi apresentado em reunião e que se faça presente as próximas reuniões para que se mantenha esta matéria em pauta permanente até a conclusão do termo de referência. Sr. Stênio e Letícia, do DER endossaram a sugestão e o convite ao técnico da STTU. O presidente deliberou que, para a pauta da próxima reunião, inclua-se o termo de referência da Avenida Roberto Freire, coma presença da STTU e Revitalização do Centro Histórico com a presença dos servidores da SEMURB Eudja e Dinara, e notícias sobre o avanço das discussões sobre o IPHAN junto a Câmara e o Gabinete civil. Por fim, o presidente agradeceu a presença de todos e nada mais havendo a declarar, deu por encerrada a 336ª Reunião Ordinária. Para constar eu, Regiane Fernandes Gomes de Lima, Secretária Executiva do colegiado, lavrei a presente Ata que lida e aprovada vai assinada por mim e pelos presentes, às onze horas e trinta minutos do dia vinte e quatro do mês de julho do ano de dois mil e vinte e cinco.

_____	_____
Regiane Fernandes Gomes de Lima	Thiago de Paula Nunes Mesquita
Secretária Executiva	Presidente

PRESENTES:

_____	_____
Alan Kardec Mota	Antonio-Alberto Cortez
_____	_____
Carlos Luiz Cavalcanti de Lima	Cláudio José da Costa Custódio
_____	_____
Fernando Virgílio de Macedo Silva	Fabrício Amorim Miranda de Oliveira

_____	_____
Clayton Cesar Pereira Barreto	João de Deus Souto Filho
_____	_____
Luciano Luiz Paiva Barros	Manoel Matias
_____	_____
Marco Túlio de Lima e Carlos	Mário Sérgio P. Pegado Nascimento
_____	_____
Paulo Antonio Brignol Pacheco	Silmara Campos
_____	